«É autorizada a publicação na área da Região Militar de Lisboa, de jornais, com excepção dos jornais estatizados», diz uma nota do Estado-Maior. «República», não estatizado, jornal dos trabalhadores, tenta com esta edição especial fornecer as primeiras informações não oficiosas sobre a situação político-militar.

ANO 64 • 2.ª SÉRIE • N.º 15 861 • DOMINGO, 30 DE NOVEMBRO DE 1975 • PREÇO 4$00

República

EDIÇÃO ESPECIAL R AO SERVIÇO DO POVO

Fundado por ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

DIRECTOR: JORGE PEREIRA DE CARVALHO

PROPRIEDADE DE «EDITORIAL REPÚBLICA» RUA DA MISERICÓRDIA, 116 — LISBOA 2 TELEFONES: 32 65 32 - 32 51 38 - 32 53 24

OS SOLDADOS FORAM TRAÍDOS NÃO À REPRESSÃO

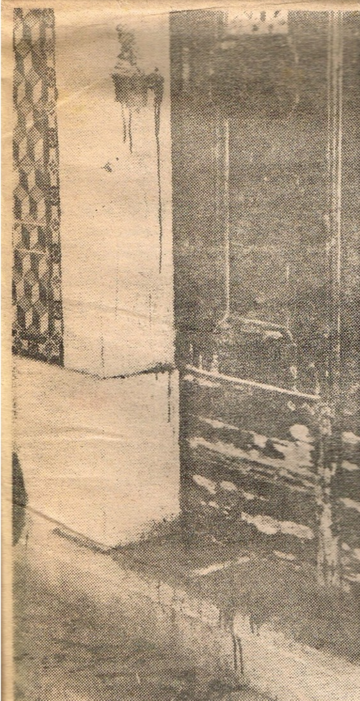
Perder uma batalha não é perder a guerra, diziam-nos alguns operários da cintura industrial de Lisboa quando se desenhavam os últimos momentos de resistência dos soldados de Tancos.

O que aconteceu e o que representam para o movimento popular as acções militares desencadeadas em Lisboa com os comandos de Jaime Neves a oporem-se a unidades como as da PM e do GDACI?

Pode dizer-se que se não assistiu propriamente a uma derrota para a classe operária, que não foi directamente atingida na sua organização. Todavia é de registar que a frente de soldados, a sua organização de classe, foi seriamente atingida.

O essencial que resultou das acções dos pára-quedistas é a modificação das relações de força do poder militar: unidades revolucionárias como a PM e o RALIS foram neutralizadas — o mesmo sucedendo a certos quadros do Exército considerados progressistas, nomeadamente os do COPCON agora extinto.

Podemos hoje adiantar que o poder militar esteja claramente definido? Não há dúvidas que neste momento diversas correntes disputam ainda a hegemonia dentro do Conselho de Revolução que certamente sofrerá correcções com a saída de Fabião, Otelo e Rosa Coutinho.



O sangue manchou as ruas de Lisboa. Não queremos. Não à guerra civil!

Mas conseguirão? A incógnita tem a vantagem de nos apontar que a classe operária vai ter finalmente um adversário claro, como nos declarava outro operário de uma grande fábrica de Lisboa: «Até aqui as conquistas populares foram todas demasiado fáceis. Não encontrámos dificuldades. O 28 de Setembro e o 11 de Março correram demasiado bem. As eleições de 25 de Abril nem sequer foram um percalço, dado que o movimento de massas as ultrapassou. Este desaire de agora pode, pelo menos, unir a classe operária frente a um adversário que neste momento se desenha com mais nitidez».

Na simplicidade destas impressões ditadas no quente dos acontecimentos, não há dúvidas que se apresenta já uma hipótese de resistência para os trabalhadores, caso a burguesia nacional tente agora reconstruir o seu Exército e o seu Estado.

Quando Pinheiro de Azevedo afirma, na RTP, que o Governo deve governar e os trabalhadores trabalhar não se esqueceu certamente de pensar que os patrões pelo seu lado devem mandar e os operários obedecer.

O problema que hoje se põe às massas trabalhadoras e o de permitir ou não a reconstituição de um exército burguês apto para a repressão das movimentações populares: é o de aceitar ou não a reconstituição do aparelho de Estado destinado a instituir a ordem burguesa. É nestas reconstituições que pode surgir o perigo para a classe operária e para todo o movimento popular. É perante esta reconstituição que a classe operária ficará com um adversário claro.

Melo Antunes, a propósito do poder militar, acentuou a existência de divergências («não importantes») no seio do CR, enquanto se assiste à ascensão de Ferreira da Cunha, secretário de Estado da Informação, e de Veloso, comandante da Região Militar do Norte que substituiu, em seu tempo, Corvacho. E em relação ao poder civil que aconteceu?

O governo, que continua a ser o sexto, apressou-se a reunir para governar, logo que verificou um mínimo de «clarificação» do poder militar. Pinheiro de Azevedo anunciou mesmo que se encontravam preenchidas as condições para o exercício do poder. O governo auto-suspenso, onde o PCP ocupa uma pasta, levantou a sua própria suspensão e veio publicamente afirmar aos civis e militares que estava já disposto a exercer as suas funções.

Entretanto o PCP é remetido inequivocamente para um papel dependente. É evidente que tanto Melo Antunes como Charais, nas declarações que prestaram estes dias, referiram não se poder governar sem a colaboração do PCP. Só que Charais precisou no limite do possível os termos dessa colaboração.

Assim, segundo Charais, o PCP terá de abandonar a sua política aventureira de criar sucessivas tensões, e de tentar controlar a máquina governativa ultrapassando as regras da democracia burguesa. O que hoje os detentores do poder querem do PCP é que ele cumpra o seu papel histórico (como sucede nas democracias europeias): controlar efectivamente a classe operária no sentido de canalizar reivindicações salariais, e até de classe, mas sem pôr sucessivamente o poder em causa.



Alguns conselheiros não entenderam sequer que o PCP nunca tivesse conseguido aniquilar a chamada extrema-esquerda que se mostrava capaz de uma certa mobilização popular, nomeadamente na zona de Lisboa, afinal a que sofreu o peso do estado de sítio.

Neste xadrez civil o que sucede mais? O novo poder, em que os «nove» parecem, por enquanto, deter a hegemonia, bem como o PCP, são unânimes o pretender e ceitar o extermínio da esquerda revolucionária.

O que se esconde por trás da disputa do poder entre várias correntes militares? Um real risco de «fasciszação». Se o movimento popular não re-

(Continua na última página)

Nas interiores: levantamento e queda dos páras. Lisboa e o 25 de Novembro. Os partidos. Os comunicados